



Audiência com Prefeito discute Piso de 2018 do Município de Goiânia



No dia 5 de junho, o SINTEGO esteve juntamente com seus diretores e o Conselho de Diretores das Escolas Municipais e Cemeis de Goiânia (CONDIR) participando de uma audiência com o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, em defesa de pautas da Educação, que estão desde janeiro aguardando solução, entre elas o pagamento do piso de 2018 e um novo plano de carreira para os servidores/as administrativos da Educação da rede de Goiânia.

O prefeito pediu um prazo para se reunir com seus secretários e estudar os pontos apresentados pelo SINTEGO, dando sequência à negociação e as demais

demandas da Educação a serem tratados em uma nova audiência, agendada para 03 de julho.

“O que estamos cobrando são direitos, são conquistas e estão estabelecidos em Lei, não podemos e não vamos deixar de cobrar, por que a categoria não pode perder estes valores”, afirma Bia de Lima, presidenta do SINTEGO.

O SINTEGO nunca desistiu desta luta, e desde o ano passado vem tentando esta audiência com o prefeito de Goiânia para resolver estes pontos de interesse da categoria. Hoje foi um passo conquistado nesta negociação. Em breve novas informações do andamento deste processo.

Progressões para Administrativos/as

SINTEGO alerta administrativos/as e professores/as para que confirmem seus contracheques, verifiquem a letra em que estão e procurem o sindicato para a consulta de progressões atrasadas. Caso haja, as providências cabíveis devem ser tomadas, inclusive, judicialmente.

Na luta pelo Plano de Cargos e Carreira dos/as Administrativos/as

A Prefeitura de Goiânia pensa atualmente em um novo plano geral de cargos e carreira para servidores/as administrativos/as municipais, no entanto, tal projeto não contempla a Educação de forma ampla e justa. Desta forma, o SINTEGO criou uma comissão para reestruturar o plano de cargos e carreira destes/as profissionais, com o objetivo de garantir sua valorização e ressaltar para a administração municipal que não aceitaremos nenhum direito a menos nesta reformulação.

Câmara Municipal aprova Data-Base parcelada e com índice indevido

Foi publicado no Diário Oficial da prefeitura de Goiânia, no dia 13 de junho, projeto de lei 220/2019 do prefeito Iris Rezende, onde fica estabelecido o índice de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento), para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Município de Goiânia, referente à data-base de 2019, concedido em 02 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira parcela a ser paga em junho, retroativo a 1º de maio, e a segunda, a ser paga na folha de outubro de 2019.

O projeto foi votado e aprovado em sessões realizadas no plenário da Câmara Municipal de Goiânia, dias 04 e 11 de junho, onde discutiram sobre a concessão da revisão geral dos salários do funcionalismo público municipal. Na ocasião, os vereadores da base de apoio do prefeito votaram contra o acolhimento de duas

emendas que propunham um reajuste de 4,94% (IPCA nacional) e em parcela única. As emendas já haviam sido aprovadas na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Casa.

“Não há justificativa para parcelar a data-base e não aplicar o índice nacional que vem sendo praticado nos últimos 5 anos. É uma diferença pequena, mas não é justo que o/a servidor/a pague por isto e fique no prejuízo. O pagamento da data-base é lei, deve ser pago em parcela única, não parcelado como foi aprovado e que está virando rotina nesta administração”, afirma a presidenta do SINTEGO, Bia de Lima.

O SINTEGO segue acompanhando a tramitação do projeto e, caso necessário, recorrerá à Justiça para garantir o que é de direito do/a trabalhador/a. Não aceitaremos prejuízos aos/as servidores/as administrativos/as da Educação!

Antes tarde do que nunca: Um ano depois das negociações com o SINTEGO, Prefeitura de Goiânia começa a pagar progressões

As negociações das progressões começaram há quase um ano, em maio de 2018, durante audiência entre entidades sindicais e secretários da administração municipal. Na ocasião, Bia de Lima já enfatizava a necessidade da apresentação de uma proposta concreta que atendesse as reivindicações da categoria, incluindo o pagamento deste benefício, bem como os reajustes do piso para os/as professores/as, quanto a data-base para os/as administrativos/as.

O SINTEGO está sempre em ação para garantir direitos dos/as trabalhadores/as da Educação, entre eles a progressão horizontal de carreira. Esta é uma progressão de uma referência para a subsequente, dentro de um mesmo nível, em virtude de requisitos previsto no plano de car-



reira. Para professores/as, é possível requerer a cada dois anos. No início deste ano, o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, assinou progressões para 5.935 professores/as da Educação Municipal.

A Lei Complementar Nº 091, de 26 de junho de 2000, garante a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho dos/as servidores/as do magistério.

SINTEGO acompanha e cobra transparência e melhor gestão do IMAS

O Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Trabalhadores do Município (Conas), do qual o SINTEGO faz parte e tem como representante a professora Ludmylla Moraes, Secretária Geral do sindicato, se reuniu na manhã do dia (18), com o presidente do Instituto de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (IMAS), José Alcício. Na ocasião ele se colocou à disposição para fazer o IMAS funcionar com um plano que respeita e valoriza seus/uas usuários/as.

Ludmylla se manifestou durante a reunião sobre a importância da publicação da nova resolução que normatiza o atendimento do IMAS, tendo em vista que esta contribuirá para a superação de inúmeros problemas, vivenciados hoje pelos usuários do IMAS.

Outro assunto em questão, pontuado pela conselheira foi a apresentação do cálculo atuarial para saber da saúde financeira do instituto, bem como os caminhos a serem adotados com segurança para a construção de um IMAS onde prestadores e usuários tenham confiança em um atendimento de qualidade. Ela ainda lembrou que a resolução vigente há muito encontra-se desatualizada, não atendendo as demandas emergentes da atualidade.

“O Sintego dentro do Conas milita incansavelmente para que todos/as os/as usuários/as do IMAS tenham um atendimento de qualidade em todas as instâncias”, diz a sindicalista que conclui, “Pedimos ainda que os/as trabalhadores/as da Educação tragam suas demandas individuais, para que possamos mediar junto ao conselho. Só assim, com a participação ativa de todos/as, conseguiremos construir o IMAS que desejamos”.

A professora Ludmylla ainda ressalta que o CONAS tem atuado junto ao Ministério Público e Polícia Civil para garantir a transparência da gestão do Imas.